



Organização
Internacional
do Trabalho

ESTUDOS SOBRE
CRESCIMENTO COM EQUIDADE



EXPERIÊNCIAS EXITOSAS POLÍTICAS ATIVAS DE MERCADO DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

RESUMO EXECUTIVO

Desde 2000, a região da América Latina e Caribe vem experimentando um progresso notável nos resultados de mercado de trabalho e sociais ...

Após desempenho fraco do mercado de trabalho na década de 1990, os resultados de mercado de trabalho e sociais melhoraram consideravelmente a partir do ano de 2000 na maioria dos países da América Latina e do Caribe (ALC). Em particular, após ter aumentado de 8% em 1991 para quase 11% em 2000, a taxa de desemprego na região teve declínio constante, chegando a 6,3% em 2013 (embora registrando um aumento discreto de 6,5% em 2015). É a maior queda registrada em todas as regiões da OIT nos últimos quinze anos. A redução da taxa de desemprego regional ocorreu em paralelo com o aumento da taxa de emprego (de 57,3% em 2000 para 61% em 2015). Essencialmente, isso significa que o crescimento do emprego ultrapassou o crescimento da população em idade ativa. Durante o mesmo período, as condições sociais também melhoraram consideravelmente. A parcela de trabalhadores pobres no mercado de trabalho (vivendo com menos de US\$ 3,1 por dia) foi reduzida pela metade, passando de 17,8% em 2000 para 8,2% em 2015. Isto foi acompanhado por uma queda dramática da desigualdade de renda na maioria dos países da região.

... sustentado por políticas sociais inovadoras.

Estes avanços foram impulsionados em parte pelo forte crescimento econômico da região (a taxa de crescimento anual do PIB na ALC registrou a média de mais de 3% entre 2000 e 2015). No entanto, o papel protagonista desempenhado pelos governos e parceiros sociais também foi fundamental para enfrentar os desafios sociais e promover a qualidade do emprego. Em primeiro lugar, uma série de países envidaram esforços consideráveis para ampliar os sistemas nacionais de previdência social, o que foi facilitado por ganhos no emprego formal. Em segundo lugar, as transferências condicionais de renda (TCR) constituíram um elemento importante das estratégias políticas na região, visando melhorar as condições de vida da população e proporcionar uma proteção social para os que não eram contemplados pelos regimes contributivos. De fato, a partir de 2013, a região gastou 0,4% do PIB em TCRs, que alcançaram mais de 21% da população (em comparação com 0,1% do PIB e menos de 6% da população, respectivamente, em 2000). Finalmente, as políticas ativas de mercado de trabalho (PAMT) ganharam relevância em uma série de países da região durante a última década como ferramentas para abordar uma ampla gama de desafios sociais e do mercado de trabalho. Entre 2000 e 2010, os gastos com as PAMTs aumentaram em todos os países de que se tem informações.

Apesar do notável progresso, a transição para uma economia impulsionada pelo conhecimento e baseada em empregos de melhor qualidade permanece incompleta ...

As melhorias em nível agregado mascaram, em certa medida, o fato de que o ritmo e a qualidade das mudanças em relação à composição estrutural do mercado de trabalho têm sido aquém do desejável. Em particular, na última década, a transição

para o emprego produtivo de qualidade tem sido menos acentuada na ALC que em outras regiões. No geral, o tamanho do setor de serviços teve um aumento modesto, de 60,8% para 63,3% do emprego total, enquanto que o setor agrícola registrou leve aumento (2,5 pontos percentuais) e o emprego na indústria permaneceu estável (o oposto ocorreu em outras regiões onde fortes ganhos do emprego no setor de serviços ocorreram junto com quedas do emprego na agricultura). Além disso, a composição das competências da força de trabalho e sua distribuição ocupacional teve melhorias marginais. De fato, o emprego nas profissões altamente qualificadas aumentou apenas levemente, de 17,6% para 19,9%, enquanto a proporção do emprego em ocupações que exigem níveis de competências considerados baixos e médios, diminuiu em 0,6 e 1,5 pontos percentuais, respectivamente, durante os 15 anos até 2015. Isso sugere que a mudança do emprego para o setor de serviços não se traduziu em empregos mais qualificados.

Apesar das recentes melhorias, os elevados níveis de emprego informal persistem. Esta é uma das principais preocupações na região. Em 2013, o emprego informal representou quase metade do emprego não agrícola total (46,8%). Embora os dados históricos sejam limitados, as evidências mostram que a proporção de emprego informal aumentou na primeira metade da década de 2000, chegando a 52% do emprego não agrícola total em 2005, antes de encolher gradativamente até seu nível atual. Como resultado, a maioria dos países da ALC ainda têm maior proporção de emprego informal do que países com níveis de renda semelhantes em outras regiões geográficas. Por exemplo, a proporção de emprego informal (em emprego não agrícola total) ainda está acima de 70% na Bolívia, Honduras e Nicarágua, e acima de 50% na Colômbia, México e Peru; enquanto nos países da África e Ásia Central com níveis de renda semelhantes, a proporção de emprego informal é geralmente inferior a 50%.

O ritmo desacelerado da transformação do mercado de trabalho na ALC explica, em parte, a melhoria limitada da produtividade do trabalho (isto é, de uma média anual de 0,5% na década de 1990 para 0,7% desde o início da década de 2000). De fato, enquanto alguns países lograram fortes ganhos, as taxas de crescimento da produtividade na ALC desde 2000 estiveram, em média, entre as menores registradas em qualquer região. Por exemplo, entre 2000 e 2015, a segunda taxa mais baixa de crescimento da produtividade registrada, depois de ALC foi de 2,8% na Ásia Central e Ocidental.

... que foi trazida à tona no contexto da atual desaceleração econômica e suas implicações para os resultados de emprego e sociais.

Desde 2012, o crescimento do PIB vem demonstrando uma tendência de redução, até mesmo de contração em 2015, e projeções recentes indicam a expectativa de que a economia da região cresça significativamente abaixo da média mundial nos próximos anos. O declínio na demanda externa (principalmente da China) e a queda dos preços das commodities são os fatores mais importantes por trás dessa desaceleração. Isso tem revelado algumas fragilidades estruturais que se acumularam na economia regional (por exemplo, baixa produtividade conforme mencionado acima), bem como a dependência excessiva de commodities de exportação, durante os anos de crescimento acelerado.

A recessão e a desaceleração prolongada já começaram a pesar sobre o emprego e as condições sociais. Em particular, a taxa de desemprego regional na ALC registrou o segundo aumento anual consecutivo em 2015 – atingindo 6,5% da força de trabalho. Da mesma forma, espera-se um crescimento no emprego de apenas 1,2% em 2016 – em comparação com um crescimento médio de 2,7% entre 2008 e 2013. Dessa forma, as conquistas obtidas desde a década de 2000, em termos de qualidade do emprego e inclusão social têm estagnado recentemente e, em alguns casos, já começaram a reverter a tendência. Por exemplo, o índice de Gini de desigualdade de renda aumentou entre 2012 e 2013 em oito dos treze países de que se tem informações.

Seguindo em frente, faz-se necessária uma nova estratégia política para abordar as vulnerabilidades existentes e ajudar a transição dos países para um novo modelo de crescimento ...

A reorientação das estratégias políticas é necessária para evitar que a atual desaceleração se traduza em estagnação estrutural, visando impulsionar ainda mais o progresso econômico e social e para evitar uma reversão das conquistas de mercado de trabalho e sociais passadas. É provável que os potenciais benefícios econômicos decorrentes da maior participação no mercado de trabalho tenham atingido certo patamar, enquanto as fontes tradicionais de crescimento para a região têm comprovadamente gerado alta volatilidade macroeconômica, com repercussões negativas sobre o bem-estar individual. Sendo assim, as melhorias futuras do mercado de trabalho e sociais dependerão fundamentalmente da mudança da economia para especializações mais competitivas e de maior crescimento da produtividade, bem como de políticas públicas para incentivar essa mudança. Neste sentido, faz-se imperativa uma nova abordagem política que complemente as políticas inovadoras de geração de renda das últimas décadas (tais como transferências condicionais e não condicionais de renda tipicamente implementadas durante crises anteriores) com políticas destinadas a aumentar e melhorar a quantidade e a qualidade da demanda e da oferta de trabalho, quer diretamente (por exemplo, geração de emprego) ou indiretamente (por exemplo, formação), como as políticas ativas de mercado de trabalho (PAMT).

... e, até a data, as evidências demonstram que as PAMTs podem ser, a este respeito, um pilar central de políticas de mercado de trabalho e sociais ...

Um sistema funcional de PAMTs na região e em outros lugares pode garantir o aprimoramento contínuo das competências dos trabalhadores, melhorar a qualidade da correspondência entre trabalhadores e empregadores e direta ou indiretamente promover a geração de emprego produtivo. De forma mais geral, um conjunto integral de PAMTs pode substancialmente apoiar e facilitar o deslocamento do mercado de trabalho na ALC em direção a especializações econômicas de alto valor agregado e aumentar o crescimento da produtividade na região. Vale ressaltar que essas políticas são capazes de melhorar não somente o desempenho dos participantes do mercado de trabalho de forma sustentável, mas também suas condições de vida e aquelas de suas famílias. Este é particularmente o caso em economias em desenvolvimento e emergentes, em que as PAMTs visam abordar diversos objetivos, além de reforçar a empregabilidade dos participantes, que muitas vezes inclui o enfrentamento de alguns desafios de longo prazo, como a redução da pobreza e o desenvolvimento comunitário. Esta abordagem de objetivos múltiplos faz das PAMTs

um dos pilares dos pisos nacionais de proteção social na região. Sendo assim, em nível nacional, um conjunto integral de PAMTs pode contribuir para melhorar a equidade de forma sustentável, fortalecendo simultaneamente a mobilidade do emprego e a qualidade do trabalho, aumentando assim o potencial individual e econômico de forma mais geral.

Este relatório envolveu uma revisão bibliográfica completa e uma meta-análise das avaliações de impacto das PAMTs realizadas na ALC nas últimas duas décadas. Os resultados destacam que estas intervenções podem ter um impacto importante na manutenção do emprego produtivo na região (embora mais pesquisas sejam necessárias para revelar resultados sobre aspectos mais específicos). Em particular, até agora, as evidências sugerem que os programas de formação, os subsídios de emprego e trabalho autônomo e os programas de criação de microempresas têm sido geralmente eficazes na ALC, embora exista um conhecimento limitado sobre os dois últimos tipos de intervenções. Ao mesmo tempo, os esquemas de obras públicas têm-se revelado exitosos em elevar os padrões de vida dos beneficiários durante a participação, embora os seus efeitos em termos de aumentar a empregabilidade permaneçam menos claros. Da mesma forma, muito pouco se sabe no que diz respeito à eficácia dos serviços públicos de emprego na região. Para todos os tipos de intervenções ativas, a meta-análise mostra que o conceito, a segmentação e implementação de uma política são essenciais para garantir a sua eficácia.

... mas, por ora, as PAMTs representam um potencial inexplorado na região.

Apesar do aumento da prevalência de PAMTs na região, permanecem lacunas, tanto na cobertura dessas políticas como na qualidade dos serviços prestados, restringindo o papel potencial das PAMTs como instrumento político para promover o emprego sustentável. Em particular, enquanto os gastos públicos com PAMTs têm aumentado de um modo geral na região, somente em alguns países (ou seja, Argentina, Brasil e Chile) o nível do gasto com PAMTs como proporção do PIB é comparável aos níveis registrados em países de renda mais elevada. Em outros países da ALC não existem tais políticas ou os níveis de gasto permanecem inconsequentes, como é o caso de Equador, México e Peru, onde os gastos são inferiores a 0,1% do PIB (uma mera fração dos gastos dedicados a TCRs).

Além disso, este relatório conclui que, enquanto as PAMTs na ALC muitas vezes têm múltiplos objetivos, elas frequentemente estão estreitamente voltadas para um tipo de intervenção, ao invés de fornecer um conjunto mais abrangente de medidas. Por exemplo, como mostrado pelo Compêndio da OIT de políticas do mercado de trabalho, desenvolvido como parte deste projeto de pesquisa, as iniciativas de capacitação têm sido a forma mais utilizada de PAMTs na ALC, tanto em termos de sua incidência como na participação dos gastos: 44% das PAMTs implementadas nos países analisados já focaram exclusivamente na capacitação ou já tiveram um componente de capacitação. As políticas que visam o trabalho autônomo e a criação de microempresas também têm sido utilizadas, mas apenas representam cerca de 25% de todas as PAMTs. Sendo assim, as evidências apresentadas neste relatório apontam para a necessidade de alavancar um conjunto adicional e mais abrangente de PAMTs, bem como de explorar as complementaridades e sinergias com políticas já implementadas. Por exemplo, o relatório conclui que programas não contributivos, particularmente programas de TCR, fornecem um canal excelente para alavancar novas PAMTs com o intuito de promover o emprego de qualidade e sustentável.

A mudança de estratégia política que aproveita inovações passadas exigirá, em primeiro lugar, melhorar a concepção das PAMTs ...

Para complementar a revisão da literatura e a meta-análise, realizou-se uma série de avaliações de impacto (na Argentina, Colômbia e Peru) em um esforço para colmatar as lacunas de conhecimento existentes e melhorar a compreensão global dos efeitos das PAMTs, especialmente na ALC. Os resultados apontam para a necessidade de melhorar o desenho de PAMTs na região, para que os países alavanquem totalmente os efeitos benéficos dessas políticas. Em particular, as novas evidências apresentadas demonstram que as PAMTs têm a capacidade de aprimorar o mercado de trabalho e as perspectivas sociais dos participantes, podendo até mesmo ser autofinanciadas (por exemplo, por meio de reduções nas transferências sociais contributivas e não contributivas), mas apenas quando devidamente projetadas e executadas. Este relatório sugere as seguintes melhorias no projeto:

- *Explorar complementaridades e gerar incentivos para aumentar a adoção de PAMTs:* Aproveitar a complementaridade entre as políticas de mercado de trabalho e reforçar os incentivos à participação em PAMTs são medidas necessárias se os países querem aumentar a eficiência e o alcance das políticas implementadas. A este respeito, a experiência da Argentina mostra que apoiar os indivíduos na migração de TCRs tradicionais para programas orientados para o mercado de trabalho pode melhorar a qualidade do emprego e a cobertura das prestações contributivas. Isto, no entanto, exigirá a existência de incentivos capazes de encorajar essa transição; tais como (i) permitir que os indivíduos mantenham seus benefícios por um período adequado após uma transição bem-sucedida para um emprego (sob certas condições); (ii) ajustar os critérios de tal forma que não seja excessivamente oneroso participar de uma PAMT ou programa relacionado; e (iii) reforçar a focalização em certos públicos-alvo e, ao mesmo tempo, ampliar a população elegível para participar. Da mesma forma, as evidências a partir da avaliação do sistema público de emprego (SPE) na Colômbia (a *Agencia Pública de Empleo*) mostra que um dos principais obstáculos para a maior eficácia da *Agencia Pública de Empleo* é o seu alcance limitado e o foco desproporcional em certas categorias de trabalhadores e de empresas (por exemplo, grandes empresas em alguns setores específicos). Para melhorar a cobertura e o alcance dos SPEs, bem como possibilitar uma correspondência mais eficaz entre empregadores e candidatos a vagas, é importante: (i) criar incentivos para uma ampla gama e alcance de ambos os candidatos e empregadores para aderir ao sistema; e (ii) garantir que o sistema se beneficie (ou seja, em termos de cobertura) das ligações com outros tipos de políticas ativas e passivas no país em questão, por exemplo, programas de capacitação.
- *Adequar as políticas às necessidades específicas do contexto, em particular às do mercado de trabalho:* Outra conclusão importante do relatório é que a eficácia das PAMTs depende do contexto. A meta-análise mostra que os fatores contextuais econômicos e nacionais têm um impacto muito significativo sobre a eficácia das PAMTs na ALC. Assim sendo, o ulterior desenvolvimento de PAMTs precisa considerar que a definição de políticas deve ser baseada numa avaliação das necessidades do mercado de trabalho e sociais do país, bem como na compreensão das complementaridades com outras políticas existentes. Por exemplo, a avaliação do *Construyendo Perú* – um programa de obras públicas no Peru – sugere que a probabilidade de encontrar e manter um emprego após implementação desse programa dependerá (entre outras coisas) de se a oferta de formação está adaptada para atender as necessidades produtivas do mercado

de trabalho regional. Essencialmente, a inclusão dos parceiros sociais na concepção do programa (por exemplo, na decisão quanto aos tipos de projetos a serem financiados) é um passo muito necessário nesse sentido. De fato, os parceiros sociais possuem conhecimento particular da região, em termos de necessidades mais prementes de trabalhadores e empregadores, e, assim sendo, a sua inclusão vai ajudar a garantir que o programa seja impulsionado pela demanda. Por exemplo, a avaliação da *Agencia Pública de Empleo* na Colômbia sugere que o aumento da participação dos parceiros sociais poderia contribuir para melhorar o conteúdo dos serviços do mercado de trabalho que ela oferece.

.... ao mesmo tempo em que se conduz uma focalização mais cuidadosa das intervenções ...

Também é importante assegurar que as intervenções tenham uma estratégia de focalização clara e bem definida. A este respeito, as avaliações de impacto novas e já existentes destacam as seguintes lições:

- *Garantir que o programa alcance sua população-alvo, ao mesmo tempo em que promove a equidade:* Algumas características da concepção do programa são fundamentais para garantir que todos os que devem se beneficiar do programa tenham a oportunidade de fazê-lo. Isto exige aplicar as regras de focalização de forma adequada e também garantir que as iniciativas sejam adaptadas para os indivíduos em situação de maior necessidade, evitando assim a discriminação na participação do programa. Por exemplo, a avaliação do *Construyendo Perú* sugere que a melhor aplicação das regras de focalização, particularmente em nível local, é essencial para evitar que candidatos elegíveis participem mais do que o permitido (por exemplo, número de vezes ou duração), garantindo assim que o programa alcance todos aqueles que merecem participar. Além disso, o estabelecimento de um conjunto de regras apropriadas desde o início é particularmente importante, uma vez que evidências do relatório mostram que as PAMTs são mais eficazes entre alguns grupos específicos, como mulheres; ainda assim, a inclusão desses grupos em iniciativas de PAMTs nem sempre foi levada em consideração de maneira apropriada. Por exemplo, a avaliação do programa argentino *Seguro de Capacitación y Empleo* – um programa de ativação de abordagens múltiplas – destaca a importância de promover a inclusão das mulheres elegíveis em iniciativas de ativação e, por sua vez, de reduzir a desigualdade de gênero nas oportunidades do mercado de trabalho. Além disso, é fundamental ampliar o fornecimento de PAMTs para áreas remotas da ALC, que muitas vezes são também as mais pobres e têm o maior número de possíveis beneficiários. É claro, isso também implica garantir que as instituições do mercado de trabalho nessas áreas remotas tenham a capacidade de entregar tais programas, como discutido abaixo.
- *Focalizar os diferentes componentes das PAMTs nas necessidades individuais:* O sucesso de qualquer intervenção dependerá também da adaptação das políticas às necessidades individuais. Por exemplo, as políticas de capacitação devem ser alinhadas com as necessidades de competências, as deficiências educacionais ou a experiência de trabalho. A análise de *Construyendo Perú* sugere que a adaptação da concepção dos componentes de capacitação para atender as necessidades e as características individuais ajudaria a melhorar os resultados de emprego (por exemplo, adequar componentes de capacitação às necessidades particulares das mulheres, dada sua elevada proporção entre os participantes do programa). Da mesma forma, a avaliação da *Agencia Pública de Empleo* na Colômbia mostra que o SPE é mais eficaz quando os serviços são prestados presencialmente – e não online. No entanto, atualmente, a maioria dos seus usuários acessam seus serviços on-line, muitas vezes porque

eles estão localizados a uma distância considerável de um centro de SPE. Como discutido acima, isso sugere que os governos devem considerar ampliar o alcance dos SPE e combinar diferentes canais de fornecimento (incluindo o uso de novas tecnologias) adaptadas às necessidades individuais.

- *Adaptar as características do programa para se alinharem com aquelas que têm sido comprovadamente mais eficientes:* Entre as diferentes características dos programas de PAMT, a duração parece ser uma dos principais propulsores da eficácia. Evidências da meta-análise mostram que programas de curta duração (até quatro meses) são significativamente menos propensos a terem um impacto positivo sobre os resultados do mercado de trabalho. Isso é discutido na avaliação de *Construyendo Perú*, que sugere que a variação considerável no conteúdo, qualidade e duração das medidas de ativação e desenvolvimento de competências pode ter reduzido a probabilidade e a qualidade do emprego pós-programa. Assim sendo, recomenda-se que os componentes de capacitação tenham duração (e intensidade) adequada, levando em consideração fatores como necessidades do mercado de trabalho local, bem como aquelas dos indivíduos. Além disso, a avaliação do programa argentino *Seguro de Capacitación y Empleo* sugere que a duração do benefício é uma característica decisiva para grupos de baixa renda quando se considera a participação, e que o ajuste da duração poderia reforçar os incentivos à participação nos PAMTs.

... e alocando atenção suficiente à implementação exitosa das PAMTs.

A formulação de políticas apropriadas e focalização cuidadosa só melhorarão a eficácia das PAMTs se for dada suficiente atenção à implementação. Isso demanda um planejamento cuidadoso de recursos e ações institucionais para garantir o funcionamento das atividades planejadas em toda – e para além de – a duração dos programas e serviços. Isso é particularmente importante em países emergentes e em desenvolvimento, em que, como discutido no relatório, a falta de capacidade institucional para implementar PAMTs de pleno direito é uma preocupação comum. O relatório aponta para a necessidade de:

- *Fortalecer a capacidade institucional para apoiar a implementação de PAMTs:* Evidências de avaliações mostram que a capacidade administrativa insuficiente nos escritórios regionais reduz o alcance e a eficácia de quaisquer programas pelos quais são responsáveis. Por exemplo, na Argentina, o Ministério do Trabalho criou uma rede de escritórios de SPE em nível municipal a fim de fortalecer a capacidade institucional do *Seguro de Capacitación y Empleo*. No entanto, essa capacidade institucional não foi implantada na mesma medida (em termos de número de escritórios e de tempo) em todas as áreas do país e, como resultado, um grande grupo de potenciais beneficiários não teve a oportunidade de aderir ao programa. Da mesma forma, no caso de *Construyendo Perú*, a capacidade limitada no âmbito dos escritórios locais que alocaram participantes no programa pode ter desempenhado um papel na explicação da participação múltipla entre os candidatos elegíveis.
- *Melhorar o acompanhamento durante a execução do programa:* Além de fortalecer a capacidade institucional, as PAMTs precisam de acompanhamento contínuo e adequado para assegurar o sucesso de sua aplicação. Isso inclui supervisão regular das diferentes atividades e acompanhamento da evolução de metas bem estabelecidas. Ademais, faz-se necessária uma cooperação adequada e uma contínua comunicação entre as diferentes partes interessadas (por exemplo, agência de execução de projetos, governo local, gestão do programa, parceiros

sociais, etc.). Isso reduziria ineficiências durante a implementação do programa, como o uso inadequado de recursos, e reforçaria os objetivos de equidade e de assegurar que todos os que devem se beneficiar do programa tenham a oportunidade de fazê-lo.

- *Reduzir os trâmites burocráticos e evitar ineficiências administrativas:* Exigências administrativas excessivas podem ir de encontro com o funcionamento e a participação nas PAMTs da região. Por exemplo, alguns SPEs estão sobrecarregados por duplicações de competências entre os diferentes prestadores de serviços do mercado de trabalho e pelo exagerado volume de requisitos administrativos para ambos os candidatos a emprego e empresas que utilizam o sistema. No caso da Colômbia, poderia prever-se um movimento no sentido de um sistema mais flexível de SPE, em que sinergias entre os diferentes prestadores públicos e privados de serviços do mercado de trabalho são exploradas, e candidatos a emprego e empregadores possam usar a *Agencia Pública de Empleo* como canal complementar – e não único – de procura de emprego.

Finalmente, incentivar outras avaliações rigorosas capazes de traduzir-se em elaboração de políticas baseadas em evidências seria fundamental para assegurar ações bem-sucedidas.

O desenvolvimento de uma estratégia adequada para a concepção, o direcionamento e a implementação de uma PAMT é tarefa extremamente complexa – especialmente se vários objetivos devem ser alcançados no âmbito de uma única intervenção. Soluções que, à primeira vista, podem parecer razoáveis poderiam se revelar erradas ou aquém do ideal para um contexto específico nacional. Isso gera ineficiências que – se não forem devidamente orientadas – podem comprometer a eficácia do investimento público. Uma rigorosa abordagem baseada em evidências deve ser adotada para avaliar adequadamente o que funciona e em que circunstâncias específicas. Isso exige que os governos: (i) estejam ativamente envolvidos no planejamento de uma fase de avaliação como parte de cada projeto (pelo menos para projetos em grande escala e/ou inovadores); (ii) colem os dados necessários para realizar uma rigorosa avaliação de impacto; e (iii) revisem a estratégia política a partir dos resultados da avaliação. Obviamente, as lições aprendidas pelas avaliações realizadas em outros países são úteis e podem ser utilizadas nas fases de concepção e implementação. No entanto, atenção deve ser dada à medida em que os mesmos resultados são afetados pela mudança de objetivos, necessidades e circunstâncias. E, finalmente, vale notar que a qualidade das avaliações de impacto e da assessoria política dependerá fundamentalmente da medida em que governos, parceiros sociais e organismos institucionais coletam e divulgam dados relevantes.